



GT 05. Antropologia da Biomedicina

Coordenador(es):

Jaqueline Teresinha Ferreira (Instituto de Estudos em Saúde coletiva)

Ednalva Maciel Neves (PPGA/UFPB)

Sessão 1 - Biosaberes e biopolíticas

Debatedor/a: Débora Allebrandt (UFAL - Universidade Federal de Alagoas)

Sessão 2 - Adoecimentos, sistemas e cuidados em saúde

Debatedor/a: Cíntia Liara Engel (UnB)

Sessão 3 - Narrativas de parto, violência obstétrica e outras afetações

Debatedor/a: Jane Araújo Russo (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Este Grupo de Trabalho dá continuidade ao diálogo iniciado na III Reunião de Antropologia da Saúde, realizada em Natal/2019, desvelando uma experiência rica de pesquisadores brasileiros que apresentaram etnografias com temas instigantes calcadas em técnicas de pesquisa já consagradas e /ou inusitadas e questões reflexivas de pesquisa. Assim, a proposta é ampliar e aprofundar essa discussão a partir de trabalhos etnográficos sobre a medicina ocidental, a biomedicina, como campo de investigação, envolvendo a produção de conhecimento e tecnologias biomédicas, assim como seus efeitos na experiência coletiva e pessoal. Desta forma, o enfoque é sobre a complexa trama contemporânea do bio: mercados, tecnológicas, interpretações, apropriação de saberes e práticas, direitos e ativismos. Dentre as reflexões, pensamos em dialogar acerca: construção do saber profissional sobre o corpo, definições sobre saúde e doença, questões éticas relacionadas às biotecnologias, cuidado humanizado, comportamentos dos/das pacientes em relação à busca de diagnósticos (testes genéticos, diagnósticos por imagens) e tratamentos (tecnologias reprodutivas, cuidados paliativos) relação médico/a-paciente e diálogos com outras racionalidades terapêuticas. Igualmente contamos com os aspectos políticos, econômicos e éticos que podem animar esses debates.

Para além do parto: outras questões de sexualidade e reprodução em uma maternidade pública humanizada

Autoria: Sara Sousa Mendonça (UFF - Universidade Federal Fluminense)

Minha pesquisa é uma etnografia da política de humanização no Hospital Maternidade Maria Amélia Buarque de Holanda, uma maternidade pública na cidade do Rio de Janeiro, pelo viés das enfermeiras obstetras e das mulheres por elas atendidas. Os significados do termo humanização são objeto de disputa entre ativistas, usuárias, profissionais da saúde e gestores e mesmo internamente a estas categorias. A tese resultante desta pesquisa (MENDONÇA, 2018) busca construir interpretações a respeito da institucionalização deste modelo, abarcando a permanente tensão entre o ideário promovido pelo movimento pela humanização do parto, os saberes-poderes biomédicos e as estruturas da instituição médico-hospitalar. Bem como o diálogo com o grupo majoritário de usuárias da maternidade, que não necessariamente desejam um parto que ?respeita a fisiologia do parto? e seja completamente sem intervenções. Porém, maternidades não são apenas lugares onde mulheres parem e bebês nascem. Uma série de outras questões que circulam a reprodutiva e sexual também passam por ali: abortos, doações de crianças, violências sexuais, laqueaduras e as mulheres que são consideradas inaptas a cuidarem de seus filhos pela Assistência Social. Essas não foram o meu enfoque principal, e tendo o Centro de Parto Normal (CPN) desta maternidade como campo de observação quase



exclusivo não pude explorar como elas são abordadas em diversas instâncias da instituição, apenas observar como elas passavam por aquele setor e que tipo de comentários e interações geravam. São dados que por vezes invadiram o CPN, sendo comentados por todas; por vezes apareceram em minhas entrevistas e me deram uma nova compreensão do que eu havia observado em sala de parto; outras tantas vezes nem eram assunto e eu só os captava ouvindo curtas conversas ou indagando sobre. No cotidiano do CPN as histórias individuais dessas mulheres emergem, desafiando a assistência a lidar com questões morais que não são consensos nem na sociedade nem, ao contrário do que se poderia supor, entre os próprios profissionais de saúde.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: